

**FUNDAÇÃO INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISAS EM
CONTABILIDADE, ECONOMIA E FINANÇAS – FUCAPE**

MILTON HENRIQUES DE CARVALHO FILHO

**O EFEITO DA CARGA TRIBUTÁRIA NO CRESCIMENTO DA
ECONOMIA**

**VITÓRIA
2018**

MILTON HENRIQUES DE CARVALHO FILHO

**O EFEITO DA CARGA TRIBUTÁRIA NO CRESCIMENTO DA
ECONOMIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ciências Contábeis da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Ciências Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Newton Paulo Bueno.

**VITÓRIA
2018**

MILTON HENRIQUES DE CARVALHO FILHO

**O EFEITO DA CARGA TRIBUTÁRIA NO CRESCIMENTO DA
ECONOMIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ciências Contábeis da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisa em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Aprovado em 14 de Março de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Newton Paulo Bueno
FUCAPE Business School

Prof. Dr. Aziz Xavier Beiruth
FUCAPE Business School

Prof^a Dra. Arilda Magna Campagnaro Teixeira
FUCAPE Business School

AGRADECIMENTOS

Ao único Deus digno de louvor;

Aos meus pais a quem dedico honra e admiração;

A Minha esposa que escolheu sonhar comigo os meus sonhos;

Aos meus filhos, sobrinho e irmãos que foram motivadores e incentivadores;

Aos colegas e amigos pela parceria e comunhão;

Aos mestres da FUCEPE pela qualidade e compromisso com a excelência.

"Tão-somente esforça-te e tem mui bom ânimo, para teres o cuidado de fazer conforme a toda a lei que meu servo Moisés te ordenou; dela não te desvies, nem para a direita nem para a esquerda, para que prudentemente te conduzas por onde quer que andares".

Josué 1:7.

RESUMO

A literatura especializada enfatiza as características institucionais de cada nação como o principal fator explicativo do crescimento econômico. Também há evidências de que a tributação e a aplicação eficiente dos recursos públicos afetam positivamente a economia e a qualidade de vida dos cidadãos. O objetivo deste estudo foi verificar o impacto dos tributos no crescimento econômico de curto prazo avaliando se os eventuais efeitos positivos da eficiente aplicação dos recursos públicos, podem compensar os efeitos negativos de altas cargas tributárias. Este trabalho também se propôs a verificar se as características macroeconômicas como inflação, gastos públicos, taxas de juros e outras relacionadas ao grau de Liberdade da iniciativa privada como direito a propriedade, corrupção e burocracia influenciam o desempenho das economias. A amostra foi composta por 219 países no intervalo de anos de 2000 a 2016. Os resultados sugerem que a carga tributária e a burocracia excessivas impactam negativamente nas economias. Uma gestão eficiente dos recursos públicos por outro lado, reduz, no longo prazo, o impacto negativo causado pelas altas cargas tributárias. Os resultados indicaram finalmente, que fatores como direito a propriedade, liberdade econômica, gastos públicos, taxas de juros entre outros influenciam o crescimento e a qualidade de vida no longo prazo.

Palavras-chave: Crescimento Econômico. Instituições. Gastos Públicos. Carga Tributária.

ABSTRACT

The literature emphasizes the institutional characteristics of each nation as the main explanatory factor of economic growth. There is also evidence that taxation and the efficient application of public resources positively affect the economy and the quality of life of citizens. The objective of this study was to verify the impact of taxes on short-term economic growth by assessing whether the possible positive effects of the efficient application of public resources can offset the negative effects of high tax burdens. This paper also aims to verify if macroeconomic characteristics such as inflation, public spending, interest rates and others related to the degree of freedom of private initiative as property rights, corruption and bureaucracy influence the performance of economies. The sample consisted of 219 countries over the years 2000 to 2016. The results suggest that excessive tax burden and bureaucracy negatively impact economies. Efficient management of public resources, on the other hand, reduces, in the long term, the negative impact caused by high tax burdens. The results indicated that factors such as property rights, economic freedom, public spending, and interest rates among others influence growth and quality of life in the long run.

Keywords: Tax Burden. GDP growth. Government spending. Economic freedom.

LISTA DE SIGLAS

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

FMI - Fundo Monetário Internacional

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IPC - Índice de Percepção de Corrupção

ONU - Organização das Nações Unidas

OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PIB - Produto Interno Bruto

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

WDI - Indicadores de Desenvolvimento Mundial

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
2.1 RELAÇÃO ENTRE A CARGA TRIBUTÁRIA E CRESCIMENTO ECONÔMICO.....	13
2.2 COMO A REGULAÇÃO DO ESTADO AFETA A QUALIDADE DE VIDA DOS CIDADÃOS.....	17
2.3 RELAÇÃO ENTRE A CARGA TRIBUTÁRIA E O CRESCIMENTO ECONÔMICO NO LONGO PRAZO.....	19
3 METODOLOGIA.....	23
3.1 PROCEDIMENTOS DE SELEÇÃO DE AMOSTRA E VARIÁVEIS DE INTERESSE.....	23
3.2. VARIÁVEIS DE CONTROLE.....	28
3.3. MODELO.....	29
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	31
4.1. ESTATÍSTICA DESCRITIVA.....	31
4.2. RESULTADOS.....	35
4.2.1 Efeito da carga tributária no crescimento da economia no curto prazo.....	36
4.2.2 Efeito da carga tributária no crescimento da economia no longo prazo.....	37
5. CONCLUSÃO.....	42
REFERÊNCIAS.....	45

Capítulo 1

1. INTRODUÇÃO

O cenário econômico mundial tem apresentado ao longo dos anos oscilações que afetam o ciclo de vida das empresas, sua rentabilidade e o crescimento da riqueza dos países onde atuam. Apesar dos ganhos obtidos com a evolução dos modelos de governança corporativa, que buscam dar segurança e previsibilidade às empresas, as estratégias corporativas se particularizam em cada país em função do ambiente institucional imposto por cada governo (KIMURA et al, 2012).

A literatura recente sugere que as características institucionais de cada país também são importantes para explicar a variação na rentabilidade das empresas e o seu crescimento econômico. Neste sentido, torna-se importante conhecer as características de cada país e como elas podem afetar o valor e a performance das empresas.

Por exemplo, o lucro das empresas privadas é potencializado pelo acúmulo de capital para investimento em ativos e capital humano, pelo progresso tecnológico e expansão do mercado e gera o crescimento das economias onde estão instaladas (EASTERLY; 2002). Os impostos e tributos representam um custo para as entidades, reduzindo o fluxo de caixa disponível para a própria entidade e para os acionistas (HANLON, HEITZMAN, 2010).

Altas cargas tributárias reduzem o lucro e a competitividade das empresas afetando o retorno do investimento e reduzindo o seu fluxo de caixa, o que pode comprometer o crescimento econômico do país, dado que a

transformação da atividade econômica e do desenvolvimento de cada nação dependem do desempenho das empresas privadas (TANG, 2005; STEL et. al., 2005). Altas cargas tributárias criam obstáculos ao crescimento econômico ao gerar desemprego, retração econômica e estímulos ao mercado informal, os quais levam à piora na qualidade do bem-estar social (VLACHAKI, 2015).

Por outro lado, em que pese o impacto da carga tributária sobre as pessoas e empresas, os impostos provêm recursos essenciais para o custeio de programas sociais que possuem uma relação direta com a melhoria do índice de capital humano, que é um dos fatores motivadores do crescimento econômico (SILVA et. al., 2013).

Nesse caso, há um conflito entre a ação Estatal de arrecadar tributos para financiar projetos sociais, com o objetivo de contribuir para o acúmulo de capital humano, e o ônus que esta carga tributária impõe ao crescimento das empresas responsáveis pelo avanço econômico e tecnológico que beneficia toda sociedade.

Dessa forma, a presente pesquisa pretende responder ao seguinte questionamento: Países com cargas tributárias menores apresentam melhores índices de crescimento econômico e de desenvolvimento humano de seus cidadãos? A pesquisa busca especificamente aferir se o crescimento da economia de cada país é afetado pela carga tributária imposta às pessoas e empresas e em que nível essa relação ocorre, dando ênfase à diferença de desempenho no curto e no longo prazo.

Conceitos de microeconomia como o peso morto e a curva de Laffer apontam que a carga tributária distorce as relações comerciais e afeta a

eficiência e a geração de valor agregado nas relações econômicas, prejudicando o crescimento e o desenvolvimento dos países (VARIAN; 2000).

Por outro lado, há uma relação direta entre a qualidade do capital humano, o aumento da renda e o crescimento econômico. Sem o aumento da qualidade do capital humano não há crescimento econômico e social. (PEREIRA, LOPES, 2014). Portanto, a correta aplicação dos recursos públicos tende a levar, no longo prazo, a ganhos de eficiência que compensariam os impactos negativos do gerados na economia pela carga tributária.

Dessa forma, umas das hipóteses desta pesquisa procurarão avaliar se os impactos negativos da carga tributária são reduzidos no longo prazo por meio de políticas públicas que elevam o capital humano dos países. Pretende-se verificar se a aplicação mais eficiente dos recursos públicos é suficiente para gerar ganhos que compensem as perdas apontadas na hipótese 1.

Uma outra hipótese do trabalho buscará avaliar o efeito da burocracia no desenvolvimento dos países. Especificamente, procurará estudar se há uma relação inversa entre a regulação tributária, o lucro empresarial e o nível de investimentos (FERRETTI, FUNCHAL; 2011).

A relevância do trabalho surge da necessidade crescente de maior eficiência dos gastos públicos e menor peso sobre os contribuintes. Pretende-se apresentar elementos que demonstrem que países com mais liberdade individual, mais capital humano e menos burocracia obtêm maior desenvolvimento econômico e social.

A pesquisa se concentrou nos modelos de tributação, burocracia, ordenamento jurídico, liberdade econômica e no ambiente de negócio dos

países, vinculando seus reflexos ao desempenho econômico e qualidade de vida dos cidadãos.

O trabalho possui, além deste capítulo, o referencial teórico, que aborda o impacto dos tributos na economia, sua mensuração e metodologia, pelo método dedutivo, quantitativo e descritivo, e, as referências para o seu desenvolvimento. Por fim, a análise dos dados, conclusão, contribuições e recomendações.

Capítulo 2

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 RELAÇÃO ENTRE A CARGA TRIBUTÁRIA E CRESCIMENTO ECONÔMICO

Os aspectos macroeconômicos são determinantes para as empresas no processo de tomada de decisão de seus investimentos por se tratar de uma variável relevante para o cálculo do risco país (MARTINEZ, BASSETTI; 2016). Grandes grupos empresariais tratam a carga tributária como variável significativa em suas projeções de crescimento ao gerar maiores custos, problemas de agência, comportamentos oportunistas e assimetria de informação (CHERCHYE, VERRIEST; 2016).

Os impostos criam um desequilíbrio entre o preço pago pelo comprador e o preço recebido pelo vendedor, o que reduz o tamanho do mercado e a quantidade vendida e afeta o crescimento e o bem-estar social. (VARIAN; 2000). Os efeitos da política fiscal sobre os gastos públicos são positivos e persistentes, no sentido de que maiores impostos e menor eficiência dos gastos públicos, tendem a prejudicar o crescimento da economia. (ASTRID; 2016).

O conceito econômico de peso morto afirma que os impostos causam uma distorção do mercado, sobretudo em casos onde a relação entre a oferta e a demanda é elástica. Isso tende a reduzir o investimento, limitar a capacidade produtiva e afetar o desenvolvimento tecnológico dos países (VARIAN; 2000).

Modelos econômicos construídos ao longo de anos relacionam a ação do Estado e seus reflexos na economia, liberdade e qualidade de vida das pessoas. O Quadro 1 apresenta alguns exemplos.

Autor	Concepção	Referências
Adam Smith (1776)	A riqueza das nações advém do trabalho das pessoas e os bens necessários à vida e ao conforto são adquiridos desse trabalho e da troca entre as nações. O aumento do trabalho gera o aumento do excedente sobre os salários e permite maior estoque de capital. Isso demanda mais mão-de-obra, melhores salários e condições de vida dos trabalhadores e dá início à espiral de crescimento.	SMITH, A. A Riqueza das Nações. 1776
Modelo Schumpeter (1933)	Os ciclos econômicos são condições sine qua non para que o desenvolvimento do capitalismo se manifeste e os padrões de competitividade econômica, fator fundamental para o dinamismo das economias e crescimento das sociedades, têm como determinante fundamental a inovação tecnológica. Tal inovação depende de variáveis imprevistas e que não podem ser controladas pelo Estado.	SCHUMPETER, J. A.; The theory of economic development. 1957.
Modelo de Meade (1937)	O nível do produto é a resultante da combinação de fatores como capital, trabalho, terra e inovações tecnológicas, desenvolvidas ao longo do tempo. O acúmulo do capital é proporcional ao crescimento demográfico, que no longo prazo, mantém em equilíbrio estável o desempenho da economia. Sem o acúmulo do capital, o desenvolvimento, as pesquisas e o aumento de produtividade não são possíveis.	MEADE, J. E.: A simplified model of Mr. Keynes system. 1937
Friderich von Hayek (1944)	A utópica justiça social, argumento dos que defendem a intervenção do Estado na economia, exige a centralização da atividade econômica atingindo diretamente as liberdades individuais. A liberdade não só não tem relação alguma com igualdade como tende a produzir desigualdade. Se os efeitos das escolhas individuais não levassem a resultados diferentes, provavelmente seria impossível justificá-la.	HAYEK, F.V. O Caminho da Servidão. 1944

Autor	Concepção	Referências
Modelo de Solow (1956)	A relação poupança, acúmulo de capital e crescimento demográfico explicam a variação do PIB per capita. Tais fatores aliados com a tecnologia determinam, à medida em que o nível de poupança aumenta, o ritmo do crescimento da economia.	SOLOW, R. M.A C. to the Theory of Economic Growth. 1956
Modelo Arrow (1962) e Uzawa (1965)	O crescimento exerce efeitos expansivos sobre o PIB pois eleva a produtividade dos fatores e repassam seus efeitos aos demais componentes da cadeia produtiva. Melhorias dos portos, comunicações, privatizações e reformas são exemplos de como aumentar a oferta de produtos, dar mais eficiência aos serviços e reduzir custos.	ARROW, K.J; The economic implications of learning by doing. 1962
Milton Friedman (1979)	Onde tiver uma grande parcela de liberdade individual, progresso à disposição dos cidadãos comuns e uma esperança geral de mais progresso no futuro, lá veremos a atividade econômica organizada com base no livre mercado. Onde o Estado assume o controle das atividades econômicas temos cidadãos com algemas políticas, baixo padrão de vida e pouco poder de controlar seu próprio destino. Quanto maiores os impostos mais súditos e escravos somos do Estado.	FRIEDMAN, M.; Free to choose. 1979
Kenneth Rogoff (2016)	O Crescimento econômico deve-se principalmente à ampliação e capacitação da força de trabalho, à elevação do investimento (público e privado) e aos ganhos de produtividade. Este último decore da aplicação de novas ideias que aumentam a capacidade de produção sem alterar o número dos fatores.	ROGOFF K.; The curse of cash. 2016

Quadro 1- Modelos Econômicos.

Em comum, essas teorias têm, a crença de que o excesso de interferência do Estado na economia inibe o desenvolvimento, a liberdade individual, o avanço tecnológico e piora a qualidade de vida dos cidadãos; e que o lucro é fator determinante para o desenvolvido e para a inovação tecnológica. O contraponto à menor participação do Estado se originou no manifesto do partido comunista redigido por Karl Marx e Friedrich Engels

(1848) que defende a utilização de impostos fortemente progressivos como meio eficaz de arrancar pouco a pouco todo o capital da iniciativa privada e transferir para o Estado. Tal expropriação, levada ao extremo, pode levar a efeitos não desejados, como a paralização da própria economia.

O inglês John Maynard Keynes, em sua obra “A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda” (1973), defende que políticas fiscais e monetárias propriamente aplicadas são os meios mais eficientes para garantir o pleno emprego, o estímulo à economia, o controle da inflação e da política fiscal.

O economista norte americano John Brain Taylor, defende em seu livro “Economics” (1995) que o núcleo da teoria econômica está firmado em cinco pilares fundamentais: o crescimento da tecnologia e capital humano, relação entre taxa de crescimento e inflação, relação entre inflação e desemprego, o efeito das expectativas nas políticas econômicas e fiscais e os efeitos políticos sobre a economia.

Já o economista austríaco Friedrich Hayek, no livro “O Caminho da Servidão” (1944), argumenta que uma economia forte só é possível se depender do mercado e não do Estado, pois para obter êxito neste terão que satisfazer seus eleitores, ao passo que para o sucesso naquele terão que satisfazer os consumidores. Assim as ações políticas e econômicas possuem alvos distintos.

A Curva de Laffer, cuja representação teórica relaciona a arrecadação tributária com as alíquotas aplicadas, ganhou um papel de destaque no meio acadêmico e político no governo norte-americano na década de 1980 (PAES; 2010). Segundo essa teoria existe uma relação parabólica entre a imposição

fiscal e a arrecadação obtida, à política fiscal dos países e o crescimento de suas economias.

Fundado nesses modelos busca-se verificar se há uma relação direta entre a carga tributária e o crescimento econômico dos países com a seguinte hipótese:

H₁: Países com cargas tributárias menores apresentam maiores índices de crescimento econômico no curto prazo.

2.2 COMO A REGULAÇÃO DO ESTADO AFETA A QUALIDADE DE VIDA DOS CIDADÃOS

A intervenção estatal na economia vem de longa data. Historicamente, nos Estados Unidos e no Reino Unido, a regulação era movida pela ideia do interesse público desde o século XIX (HANTKE-DOMAS; 2003). A regulação econômica pode ser entendida como a ação do Estado, cujo objetivo é limitar o grau de liberdade dos agentes no processo decisório (FIANI, 1998).

A ação do Estado cria políticas comerciais e regulatórias que resultam em ambientes econômicos diferenciados para cada país, interferindo não somente no resultado das empresas como no crescimento da economia em geral (HINES; 2005). A descentralização do poder de decisão incentiva a instalação de novas empresas por permitir a elaboração de políticas fiscais aderentes às características de cada região (DEL FIORI; 2011).

Um modelo mais burocratizado de gestão estatal é capaz de reduzir o nível do produto da economia e pode ser uma explicação para o baixo desempenho econômico (ELLERY JR., GOMES; 2014). O nível de

governança das empresas e dos países onde atuam possui uma associação positiva e significativa com a percepção do mercado financeiro em relação ao seu potencial de crescimento (CORREIA, AMARAL, LOUVET; 2011).

As características internas dos países exercem impacto no desempenho das empresas e representam importantes barreiras para o desenvolvimento econômico das nações e para a evolução do mercado de capitais. A regulação, o ambiente político do país e o ambiente jurídico afetam a rentabilidade das empresas (CHERCHYE; VERRIEST, 2016).

Uma das formas de influência do Estado sobre os agentes econômicos é a política tributária, que pode afetar o crescimento dos países no longo prazo, com mais reflexo sobre o lucro das empresas devido à tributação do faturamento (ACOSTA, ENRIQUE, YOO; 2012). A imposição de um modelo de tributação uniforme e mais regulada, imposto pela política tributária nos EUA, levou à ineficiência das empresas e interferiu na economia em geral (HERBERGER, 1962).

Por outro lado, a redução na carga tributária Norte Americana em 1986 melhorou a eficiência na alocação do recurso pelos cidadãos e empresas, e trouxe um impacto efetivo sobre o mercado do capital reduzindo as taxas de inflação e elevando os ganhos de bem-estar da sociedade como um todo (JORGENSEN, YUN; 1990). Há uma relação inversamente proporcional entre a interferência do Estado na economia e a desconfiança do mercado livre (AGHION, et al.; 2010).

Enquanto os mercados competitivos se deparam com modelos de gestão cada vez mais globais, os sistemas tributários são cada vez mais locais, tornando-se um diferencial nas estratégias e na tomada de decisão em

relação ao ambiente de negócio (LAMMERSEN; 2002). A regulação carrega uma série de implicações adicionais diretamente relacionadas e que prejudica, de forma mais imediata, não apenas o próprio controle do Estado, mas também a demanda por regulação. Essa relação influencia as pessoas e famílias a tomarem suas decisões (AGHION, et al.; 2010).

Buscando identificar se ambientes públicos mais regulados interferem no crescimento econômicos dos países e, por conseguinte na formação do capital humano da sociedade e no nível de crescimento econômico, surge a seguinte hipótese de pesquisa:

H₂: Países mais regulados e burocráticos apresentam menor crescimento econômico e menores índices de qualidade de vida para os cidadãos.

2.3 RELAÇÃO ENTRE A CARGA TRIBUTÁRIA E O CRESCIMENTO ECONÔMICO NO LONGO PRAZO

O modelo de econômico de Solow buscou identificar as variáveis que determinam o desenvolvimento econômico dos países ao longo dos anos via capital, força de trabalho e inovação tecnológica (Solow; 1956). O ajuste proposto por Mankiw, Romer e Weil incorporou o capital humano como determinante na busca de melhores níveis de crescimento econômico (MRW; 1992).

Para entender melhor quais fatores impulsionam o crescimento econômico dos países é necessário fazer a distinção entre os recursos financeiro, físico e humano (COORY; 2009). O aumento do índice de capital humano, que é obtido pela correta aplicação dos recursos públicos em

programas sociais, é um dos fatores motivadores do crescimento econômico (SILVA et. al.; 2013).

Ainda, constata-se, que o nível de escolaridade, garantido por uma educação de qualidade, é condição necessária para o desenvolvimento de uma nação, e precede a expansão de seu capital humano. (PEREIRA, LOPES; 2014). O investimento em capital humano é uma variável determinante para o crescimento econômico, e o meio mais eficiente de aumentar o nível de conhecimento de uma sociedade, além de elevar os níveis de habilidade e oportunidade para a população (COORY; 2009).

O forte investimento em educação e na descentralização do poder do Estado, aliado às reformas financeiras, evidenciadas pelo modelo de Solow, foram os fatores que justificaram o crescimento da economia chinesa nas últimas décadas. (DEL FIORI; 2011). A evolução da economia chinesa decorreu, não apenas dos investimentos estrangeiros e da desvalorização cambial, mas, sobretudo das reformas internas que reduziram a influência do Estado na economia, da relação entre educação e PIB per capita; e do acúmulo de poupança interna (VIEIRA, VERISSIMO; 2005).

Até aproximadamente 1970, a regulação econômica, principalmente por meio dos impostos, era fundada na análise do bem-estar e permitia a formalização da intervenção do Estado na economia (FIANI; 2004). Porém, os resultados obtidos mais recentemente demonstram que a interferência excessiva do Estado pode acabar por resultar em maior ônus ao cidadão e aos agentes econômicos do que os eventuais benefícios. (HANTKE-DOMAS; 2003).

A imposição e inflexibilidade da regulação estatal caminha em sentido oposto ao nível de confiança do investidor na formação bruta de capital fixo e aporte de capital estrangeiro no Brasil. (FERRETTI, FUNCHAL; 2011). As políticas fiscais que resultam no aumento de tributos pioram a percepção de bem-estar econômico e elevam a volatilidade da inflação e dos investimentos. (JUNIOR; 2011).

Fatores como transparência, eficiência e resultado na aplicação dos recursos públicos, são balizadores dos índices de governança dos países e na formação do nível de confiança dos investidores (CASTOR; 1999). A gestão pública, em função do fracasso na administração dos serviços que se propõe a realizar, encontra-se numa crise que exige um esforço no sentido de mudar a filosofia de seu trabalho e buscar a eficiência como alvo inevitável de suas ações (CARVALHO; 1994).

Portanto, partindo das premissas: (a) o aumento do capital humano é fator fundamental para o desenvolvimento econômico dos países e só pode ser obtido com investimento em educação e (b) que a carga tributária excessiva é um fator prejudicial ao desempenho econômico dos países, propõe-se a seguinte hipótese de pesquisa:

H_{3a}: Os impactos negativos da carga tributária no crescimento econômico no curto prazo são compensados, ainda que parcialmente, no longo prazo pela aplicação eficiente dos recursos públicos.

Adicionalmente, buscando identificar a relação dos gastos públicos com o desempenho das economias no longo prazo foi proposta a seguinte hipótese de pesquisa:

H_{3b}: Países que apresentam maiores gastos públicos em relação ao PIB apresentam menores índices de crescimento econômico.

Finalmente, e visando identificar se o ambiente de negócios com maior grau de endividamento por parte do Estado reflete no desempenho das economias no longo prazo propõe-se a seguinte hipótese de pesquisa.

H_{3c}: Países que apresentam maiores índices de endividamento público apresentam menores índices de crescimento econômico.

Capítulo 3

3 METODOLOGIA

3.1 PROCEDIMENTOS DE SELEÇÃO DE AMOSTRA E VARIÁVEIS DE INTERESSE

O presente estudo apresenta uma pesquisa quantitativa, descritiva e transversal, com levantamentos de dados secundários. Tem como objetivo analisar o trade-off entre o crescimento econômico dos países membros da ONU nos últimos 16 anos e a sua carga tributária. É quantitativa, porque procurou quantificar os dados aplicando análises estatísticas. É descritiva por detalhar as influências do crescimento econômico, da carga tributária, da liberdade econômica e dos gastos governamentais.

É transversal porque seus dados foram coletados no período compreendido entre 2000 e 2016, em 219 países e 3.723 observações. Os dados utilizados foram obtidos a partir das seguintes fontes secundárias: *The World Bank (BID)*, *The Heritage Foundation*, *Organizações nas Nações Unidas (ONU)*, *International Monetary Fund (FMI)* e *Inter American Development Bank (IABD)*.

O índice de liberdade econômica, apurado pela Heritage Foundation, busca apurar se há uma relação entre a liberdade econômica e ganhos nos aspectos sociais. Para apurar esse índice utilizam-se quatro dimensões, conforme obtido no site da fundação (<https://www.heritage.org>), a saber: (i.) presença de regras compatíveis com Estado de Direito; (ii.) Grau de interferência governamental; (iii.) Grau de Eficiência Regulatória e (iv.) Grau de Abertura Comercial.

Para a formação do índice foi feita a atribuição, para cada país, em um intervalo que varia de 0 a 100, que posteriormente é subdividida por faixa de pontos que estabelecem o grau de liberdade identificado, são eles: Livre (80 a 100); Predominantemente Livre (70 a 79); Moderadamente Livre (60 a 70); Pouco Livre (50 a 60); e reprimido (0 a 50).

Com base no índice de liberdade econômica foi especificada a relação entre liberdade individual, crescimento da economia e os seus reflexos no nível de bem-estar social. A corrupção dos países foi analisada com base no Índice de Percepção da Corrupção (IPC), cuja medida é utilizada para mensurar o nível de corrupção dos países, no setor público.

O IPC variou numa escala de 0 a 100, sendo 0 (zero) para os países percebidos como altamente corruptos e 100 (cem) para os países percebidos com baixos níveis de corrupção. A variável procedimentos, se refere à quantidade de transações necessárias para o empreendedor efetivar a abertura da sua empresa. A variável tempo, indica quantos dias corridos o indivíduo precisa para obter o registro de sua empresa.

A variável custos, considera todas as taxas oficiais, exigidas por lei para a abertura da empresa e a variável capital mínimo é o valor que o indivíduo precisa desembolsar para integralizar ao capital social da empresa, ambas foram apresentadas como um percentual da renda per capita da economia de cada país.

O índice de desenvolvimento humano (IDH) – foi obtido no RDH – Relatório de Desenvolvimento Humano – Human Development Report, produzido pela ONU – Organização das Nações Unidas, onde é demonstrado o IDH de boa parte dos países do mundo, sendo suportado por três pilares

fundamentais: saúde, educação e renda. O índice GINI mede o grau da carga tributária em determinado país, variando de 0 (zero) que representa a situação de baixa carga tributária e 1 (um) que representa a situação de alta carga tributária.

A variável gasto público compreende prestações pecuniárias, direta em espécie, bens e serviços e incentivos fiscais com fins sociais. A variável crescimento do PIB é a taxa de crescimento anual do PIB a preço de mercado com base em moeda local constante e a variável população que se baseia na população total, conta todos os residentes, independentemente do seu estatuto legal ou cidadania.

A variável dependente, desta pesquisa, é a taxa de crescimento econômico dos países. A pergunta de pesquisa referente à variável dependente é se o desempenho das economias é afetado pela carga tributária e se a aplicação eficiente dos recursos oriundos dos tributos pode reduzir ou mesmo reverter o impacto negativo inicialmente verificado. Quanto às variáveis independentes deste estudo, elas são: carga tributária, índice de desenvolvimento humano, nível de burocracia, índice de endividamento público e gastos do governo crescimento econômico.

As informações sobre o crescimento econômico dos países foram extraídas do ranking anual divulgado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) obtido a partir do desvio da soma, em valores monetários, de todos os bens e serviços finais produzidos num determinado país, durante um determinado período em relação ao ano anterior.

A carga tributária foi obtida a partir do ranking divulgado pelo BID que considera os impostos e contribuições sobre a receita obrigatórias em todas

as esferas de governo. A metodologia utilizada considera a complexidade fiscal de cada país usando um cenário padronizado que permite comparações. Além do pagamento efetuado, também é considerando o tempo necessário para cumprir as leis tributárias, para solicitar e processar um pedido de recuperação de créditos e o tempo necessário para cumprir e concluir as fiscalizações dos agentes do Estado.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), divulgado anualmente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), busca efetuar a comparação entre os países para aferir o estágio do desenvolvimento econômico e da qualidade de vida de cada nação.

Para as hipóteses desta pesquisa utilizou-se do modelo estatístico de regressão de efeitos fixos de ano e país em painel de dados. Para o crescimento econômico de curto prazo (CPIBCP) foram utilizados os dados do WDI (2009) referentes ao crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) de cada país. Para que fosse possível identificar a oscilação da economia foi considerado o desvio logarítmico percentual do PIB em cada exercício no comparativo com ano imediatamente anterior. O modelo empírico utilizado foi o descrito pela equação 1:

$$\ln CRESCPIBCP_{it} = \beta_0 + \beta_1.CARGATRIB_{it} + controles_{it} + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

As variáveis deste modelo são: carga tributária (CGTRI) extraída da base do BID (doingbussines) que considera as obrigações tributárias principais e acessórias em seu conceito de carga tributária, além das variáveis de controle.

Em seguida, foi feita a análise buscando identificar o efeito da burocracia no crescimento econômico dos países. A equação desenvolvida foi:

$$\ln CRESC PIB_{it} = \beta_0 + \beta_1 \cdot CARGATRIB_{it} + \beta_2 \cdot burocracia_{it} + controles_{it} + \varepsilon_{it} \quad (2)$$

Além das variáveis descritas pelas equações 1 e 2, buscou-se informações sobre o comportamento do PIB dos países no longo prazo, sobretudo naqueles que apresentaram melhores índices de desenvolvimento humano. O objetivo é identificar se os impactos negativos da carga tributária no crescimento econômico no curto prazo são compensados parcialmente no longo prazo pela aplicação eficiente dos recursos públicos.

A equação foi desenvolvida buscando identificar a relação entre a carga tributária e a variação do índice de desenvolvimento humano (IDH). Esse índice tem a finalidade de avaliar a qualidade de vida e o desenvolvimento econômico de um determinado país.

Atribuiu-se ao longo prazo uma defasagem de 5 períodos, isto é t+5, tomando como premissa que o curto prazo é um período no qual pelo menos um dos fatores de produção é fixo. O prazo de 5 anos foi definido por refletir o período médio dos mandatos presidenciais na maior parte dos países do mundo e, porque permite que a base de dados seja medida numa escala onde t varia de 0 a 10.

Dessa forma, pretende-se captar o efeito de 5 anos das variáveis selecionadas sobre o crescimento econômico no ano t+5, considerando a data inicial da amostra. Assim, a equação de longo prazo a ser estimada será:

$$H_{3a}: \ln Cres PIB_{i,t+5}^t = \beta_0 + \beta_1 \cdot CARGATRIB_{i,t}^t + \beta_2 \cdot CARGATRIB_{i,t}^t \cdot IDH_{i,t}^t + controles_{i,t} + \varepsilon_{it} \quad (3)$$

Em seguida, foi inserida a variável tamanho do Estado obtida pelo percentual dos gastos públicos sobre o PIB do país, visando aferir a relação entre os gastos públicos e o crescimento econômico dos países. A equação apresentada foi:

$$H_{3b}: \ln CresPIB_{i,t+5}^t = \beta_0 + \beta_1.CARGATRI B_{i,t}^t + \beta_2.CARGATRI B_{i,t}^t.TAM. ESTADO_{i,t}^t + controles_{i,t} + \varepsilon_{it} \quad (4)$$

Por fim, foram usadas variáveis que medem o grau de endividamento do Estado, denominado dívida pública, relacionando ao crescimento econômico e às variáveis de controle como investimento, taxa de juros, inflação e balança comercial. A equação apresentada foi:

$$H_{3c}: \ln CresPIB_{i,t+5}^t = \beta_0 + \beta_1.CARGATRI B_{i,t}^t + \beta_2.CARGATRI B_{i,t}^t.DÍVIDA PÚBLICA_{i,t}^t + controles_{i,t} + \varepsilon_{it} \quad (5)$$

3.2. VARIÁVEIS DE CONTROLE

Características como burocracia, corrupção e imposições legais são fatores determinantes para o nível de competitividade dos países e são sensíveis para o desempenho econômico das empresas (KIMURA et al; 2012). As reformas internas do ambiente de negócio e a redução da ação governamental foram determinantes para o sucesso das economias capitalistas. (DEL FIORI; 2011).

As variáveis de controles utilizadas foram liberdade econômica e nível do gasto governamental, ambos obtidos no relatório de liberdade econômica da Heritage Foundation. Foram utilizadas dummies de país ($d_{país}$) para que fosse possível controlar por características constantes e não observáveis de cada país.

Para a verificação das variáveis de controles do ambiente de negócio do país assumiu-se o valor 0 para os países com liberdade econômica e gasto público abaixo da média mundial e 1 para os países com liberdade econômica e gasto público, acima da média mundial, respectivamente.

3.3. MODELO

Com o objetivo de identificar o efeito que a carga tributária e os demais fatores analisados possuem no crescimento econômico dos países, utilizou-se o Modelo de Efeitos Fixos (*fixed effects*).

Os dados do tipo painel utilizados nessa pesquisa apresentam vantagens em relação aos dados em corte transversal: 1) as técnicas de percepção das informações em painel levam em consideração a heterogeneidade (a originalidade de cada grupo de dados) de forma explícita. Isto é, a heterogeneidade é uma característica inerente a alguns modelos com dados em painel; 2) oferecem informações mais completas, maior variação, menor colinearidade dentre as variáveis, maiores índices de liberdade e de eficiência” (GUJARATI; PORTER, 2011, p. 588); 3) Mais adequado para examinar a dinâmica de mudança; 4) Tendem a aferir os efeitos de forma mais profunda e que simplesmente não podem ser observados em um corte transversal ou uma série temporal e 5) Permite o estudo de modelos de comportamento mais complexos (*Ibidem*, 2011).

A ideia deste modelo de estimação é eliminar o efeito não-observado c_i , mesmo permitindo que $Cov(c_i, x_j) \neq 0$, através da seguinte suposição: $E(\varepsilon_{it}|x_i, c_i) = 0$ – a esperança condicional do termo de erro com as variáveis independentes e as

variáveis não observadas é igual à zero, onde $x_i \equiv (x_{i1}, x_{i2}, \dots, x_{iT})$, por fim, esta condição é conhecida como exogeneidade estrita (GUJARATI; PORTER, 2011).

É usual na literatura utilizar o logaritmo natural do crescimento do PIB [$\ln(\text{cres PIB})$] para eliminar os efeitos exponenciais das variáveis sobre a renda nacional (crescimento natural da renda). Assim, nessa pesquisa, utilizou-se o crescimento do PIB em sua forma logarítmica. Ao transformar o logaritmo natural do crescimento do PIB, através da equação exponencial, obtém-se o impacto percentual das variáveis como, por exemplo, a carga tributária sobre o crescimento do PIB.

Dessa forma, os sinais esperados das equações (1) a (5) do modelo estimado a partir das hipóteses formuladas estão apresentados a seguir no quadro 2.

HIPÓTESE	SINAL ESPERADO
H₁ : Países com cargas tributárias menores apresentam maiores índices de crescimento econômico no curto prazo.	$\hat{\beta}_1 < 0$
H₂ : Países mais regulados e burocráticos apresentam menor índices de qualidade de vida para os cidadãos.	$\hat{\beta}_2 < 0$
H_{3a} : Os impactos negativos da carga tributária no crescimento econômico no curto prazo são compensados parcialmente no longo prazo pela aplicação eficiente dos recursos públicos.	$\hat{\beta}_{3a} > 0$
H_{3b} : Países que apresentam maiores gastos públicos em relação ao PIB apresentam menores índices de crescimento econômico.	$\hat{\beta}_{3b} < 0$
H_{3c} : Países que apresentam maiores índices de endividamento público apresentam menores índices de crescimento econômico.	$\hat{\beta}_{3c} < 0$

Quadro 2 - Sinais esperados do modelo a partir das hipóteses formuladas.

Fonte: Elaboração própria.

Capítulo 4

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1. ESTATÍSTICA DESCRITIVA

Neste capítulo são apresentados os resultados que permitirão verificar se existe um impacto negativo da carga tributária no crescimento da sua economia, e especificamente se tal efeito varia em função de características macroeconômicas como burocracia, inflação, gasto público, reservas cambiais, taxa de juros, interferência do Estado na economia, direito à propriedade privada e comércio exterior. Ainda, buscar-se verificar se tais efeitos são minimizados no longo prazo a partir da aplicação eficiente dos recursos públicos.

A Tabela 1, a seguir, apresenta a média, o desvio padrão, mínimo, quartil 1, mediana, quartil 3 e máximo das variáveis que afetam o crescimento econômico dos grupos dos países de todo mundo. A análise foi feita dividindo os países em dois grupos considerando a variável dummy 0 para os países com carga tributária abaixo da média e 1 para os países com carga tributária acima da média, que doravante são chamados de países com baixa carga tributária (variável dummy 0) e países com alta carga tributária (variável dummy 1).

Foram apresentadas as médias dos dados de 219 países. Dados estes que foram obtidos a partir de cinco fontes: *World Bank (WDI)*, *Transparency International*, *Doing Business Databas*, Heritage Foundation e ONU. No que se refere à avaliação do nível de liberdade econômica e corrupção dos países,

foi tomado como base de análise o Index of Economic Freedom, publicado pela Heritage Foundation a cada ano, que apura e publica o grau de liberdade econômica de boa parte dos países do mundo. As definições das variáveis encontram-se no tópico 3.1.

A análise dos dados abaixo reflete o período de 2000 a 2016 numa amostra de 219 países.

TABELA 1 - ESTATÍSTICA DESCRITIVA

Variáveis	Obs.	Média	D. P.	Min	.25	Mdn	.75	Max
Crescimento do PIB	3.327	0,04	0,05	- 0,62	0,02	0,04	0,06	0,63
PIB Per capita	3.296	12.864,18	18.590,7	193,87	1.333,13	4.439,9	14.691,9	144.246
IDH	2.908	0,69	0,17	0,05	0,55	0,73	0,82	0,97
Impostos Líquidos	2.668	23,96	3,36	14,67	21,44	24,11	26,34	3,74
Variação IPC	2.922	0,94	0,41	0,03	0,78	0,95	1,07	15,92
Inflação Anual	3.327	0,07	0,47	- 0,30	0,02	0,04	0,08	26,30
Abertura de Empresas	2.501	0,47	0,84	-	0,06	0,16	0,49	9,80
% Despesa Pública x PIB	3.003	0,17	0,09	0,02	0,12	0,16	0,19	1,50
Cresc.Despesa pública	2.535	0,04	0,15	-0,63	0,01	0,03	0,07	5,66
% Formação Bruta de Capital x PIB	2.978	0,24	0,09	0,01	0,19	0,23	0,28	1,48
Crescimento Formação Bruta de Capital	2.522	0,06	0,25	- 4,33	-0,02	0,05	0,12	4,96
		-						
Balança Comercial x PIB	2.723	0,02	0,18	- 1,13	-0,04	-	-	1,96
Crescimento Populacional	3.575	0,01	0,02	-0,04	-	0,01	0,02	0,16
N. Procedimentos Registro Propr.	2.331	6,05	2,20	1,00	5,00	6,00	7,00	14,00
Taxa de Juros Reais	2.576	0,07	0,19	-0,61	0,02	0,06	0,10	5,73
Impostos sobre a receita %	1.981	0,17	0,09	-	0,12	0,16	0,22	1,33
Impostos sobre o lucro %	2.223	0,46	0,36	-	0,31	0,40	0,51	3,39
Dívida Pública total	1.905	0,04	0,06	-	0,01	0,03	0,05	1,35
Reservas Totais	1.738	0,75	2,46	-	0,20	0,35	0,61	38,40
% Comercio sobre o PIB	3.145	0,93	0,59	-	0,59	0,82	1,10	8,61
Liberdade Econômica	1.713	60,04	11,26	1,00	53,20	59,90	67,70	90,30
Corrupção	1.738	41,08	20,66	5,00	26,00	34,00	52,00	96,00
Liquidez Bancária	2.104	0,32	0,57	-	0,12	0,21	0,33	13,95
Renda Liquida Per capita	2.700	8.826,73	13.258,1	-622,41	820,80	3.071,9	10.149,1	8.127,0

Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 2 compara a média entre os dois grupos da variável dummy que assume valor zero para países com baixa carga tributária e valor um para países com alta carga tributária. É possível verificar que há diferença das médias significativas para as variáveis analisadas. A tabela 2 resume os valores.

TABELA 2- ESTATÍSTICA DESCRITIVA COM AS MÉDIAS DAS VARIÁVEIS ANALISADAS EM FUNÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA DOS PAÍSES – VARIÁVEIS ESTATISTICAMENTE SIGNIFICANTES.

Variáveis	Abaixo da media		Acima da media		Diferença	P- valor
	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão		
Crescimento do PIB	0,045	0,041	0,035	0,054	0,010	0,000***
Renda Líquida <i>per capita</i>	11.079,590	15.287,710	7.689,002	11.948,760	3.390,586	0,000****
Abertura de Empresas	0,310	0,488	0,606	1,023	- 0,296	0,000***
Propriedade Privada	5,858	2,079	6,216	2,286	- 0,358	0,000 ***
Liberdade Econômica	6,276	9,964	5,725	1,183	5,510	0,000***
Combate à Corrupção	43,649	20,914	38,430	20,058	5,219	0,000***
Variação IPC	1,078	0,513	0,860	0,320	0,218	0,000***
Inflação Annual	0,053	0,085	0,083	0,575	- 0,030	0,089**
Formação Bruta de Capital	0,248	0,089	0,234	0,094	0,014	0,000***
Balança Comercial	1,020	0,613	0,879	0,573	0,142	0,000***

Fonte: Elaboração própria. Significância: *p<0,10, **p< 0,05, ***p< 0,01.

A tabela 2 revela que o crescimento médio do PIB para os países com carga tributária abaixo da média é 1,0% maior do que o verificado nos países com carga tributária acima da média. É possível perceber ainda, que os países com menores cargas tributárias possuem uma renda média per capita de U\$11.079,59, enquanto que nos países com maiores cargas tributárias essa média é de U\$ 7.689,00, o que representa que, na média a renda de cada cidadão nos países com menores carga tributária é aproximadamente 45% superior à dos cidadãos que vivem nos países com maiores cargas tributárias.

O resultado demonstrado na tabela 2, em relação aos fatores que visam medir os efeitos da burocracia no crescimento econômico dos países, demonstra que nos países com maiores índices de crescimento econômico a média do número de procedimentos para registro de propriedades é aproximadamente 6, o mesmo valor aproximado nos países com maiores cargas tributárias. Também é possível verificar na Tabela 2 que os países com maiores cargas tributárias apresentam uma média em relação aos

procedimentos para a abertura de empresas de 0,606 enquanto que nos países com menores carga tributária é de 0,310 o que, em conjunto com o número de registro de propriedades, indicam relação entre a burocracia e o crescimento econômico dos países.

Ainda na Tabela 2 revela-se que o índice que mede o grau de corrupção dos governos é, na média, de 43,649 nos países com menores cargas tributárias e de 38,430 nos países com maiores cargas tributárias. A análise desse indicador sugere que países com menores cargas tributárias têm menos corrupção.

Semelhante leitura é possível fazer com relação ao índice de liberdade econômica dos países. Com base nos dados demonstrados na tabela 2 a média de liberdade econômica nos países com menores cargas tributárias é de 6,276 (numa escala que vai de 0 a 10), enquanto que nos países com maiores cargas tributárias o índice é de 5,725. Os resultados encontrados convergem com a literatura que afirma que a ação Estatal tende a reduzir o grau de liberdade econômica.

Analizando os indicadores macroeconômicos, percebe-se na Tabela 2 que o nível de inflação é maior nos países que possuem maiores cargas tributárias. Constata-se com este resultado que possivelmente o poder de compra nos países com cargas tributárias maiores tem maior desvalorização do valor de sua moeda o que está em linha com o conceito de peso morto, que é utilizado em economia para designar perdas de eficiência nos mercados.

Também é possível aferir, com base na tabela 2, que o índice que mede a formação bruta de capital é de 0,248 nos países com menores cargas

tributárias e de 0,234 nos países com maiores cargas tributárias. Nesse aspecto, a literatura afirma que é o investimento em infraestrutura, capital humano e tecnologia que vai sustentar o crescimento dos países, e tais fatores são potencializados pelo lucro das empresas privadas (EASTERLY, 2002).

Também é possível identificar a relação da balança comercial e a carga tributária. Nos países com maiores cargas tributárias o percentual do saldo comercial com os outros países do mundo é, na média, o equivalente a 88% do PIB, enquanto que nos países com menores cargas tributárias representa 102% do PIB.

4.2. RESULTADOS

Os resultados foram avaliados utilizando modelos de regressões lineares múltiplas distintas, uma contemplando a carga tributária e outra contemplando além da carga tributária a influência da burocracia (equações 1 e 2), que atribuímos como curto prazo. Já no longo prazo, foi levado em consideração a interação entre a carga tributária e a variação do índice de desenvolvimento humano sobre o crescimento econômico (equação 3). Outra questão foi a interação entre a carga tributária e o tamanho do estado (equação 4) e a última relação testada foi a carga tributária e a dívida pública (equação 5). Os modelos utilizados nesta pesquisa permitiram verificar o efeito da carga tributária no crescimento econômico dos países, associado às características intrínsecas aos ambientes analisados.

4.2.1 Efeito da carga tributária no crescimento da economia no curto prazo

A Tabela 3 revelou o resultado do efeito da carga tributária sobre o crescimento do PIB dos países, relacionando-os com todas as variáveis de controles (burocracia, inflação anual, despesa pública, balança comercial, garantia à propriedade privada, taxa de juros reais, dívida pública, reservas financeiras, comercio interno e liquidez bancária).

Consoante com a tabela 3, os resultados apurados mostram:

- a) Presença de um efeito negativo da carga tributária sobre o crescimento do PIB, isto é, quanto maior a carga tributária menor é, em média, crescimento do PIB nacional.

TABELA 3 - RESULTADOS DO EFEITO DA CARGA TRIBUTÁRIA SOBRE O CRESCIMENTO ECONÔMICO.

ln(crescPIB _i)	(1)	(2)
Carga Tributária (a)	-1,641*** (0,497)	-1,586*** (0,494)
Burocracia (b)	NÃO	-0,0050*** (0,0177)
CONTROLES (c)	SIM	SIM
Número de observações.	463	463

Fonte: Elaboração própria. Erro padrão entre parênteses. Significância: *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1
Nota: Para a variável Carga Tributária (a) considerou-se o imposto sobre a receita. Para a variável Burocracia (b) utilizou-se o índice divulgado pelo banco mundial que assume valores de 1 a 14, quanto maior mais burocrático é a nação. A construção desse indicador leva em conta as legislações, regulação, obrigações assessorias, prazos para atendimentos burocráticos entre outros. Como Controles (c) foram considerados: burocracia (quando não mensurada o efeito), inflação anual (valor nominal), despesa pública, balança comercial, número de abertura de empresas, formação bruta de capital em relação ao PIB, crescimento populacional, taxa de juros reais, dívida pública, reservas financeiras, liberdade econômica, corrupção, comercio interno e liquidez bancária. A regressão (1) não está incluída o efeito da burocracia e sem os controles.

b) Há um efeito negativo do grau de burocratização sobre o crescimento econômico dos países, isto é, quanto maior a burocracia dos países menor o crescimento econômico, a regressão (2) demonstra esse resultado. Comparando a regressão (1) com a (2), constata-se a um nível de significância 1% de que o valor estimado se apresenta como estatisticamente significativo.

4.2.2 Efeito da carga tributária no crescimento da economia no longo prazo

A Tabela 4 revela o efeito da carga tributária no longo prazo (t) sobre o crescimento do PIB (t+5), mas agora levando em consideração além dos efeito fiscal, a influência dos gastos públicos eficientes (medido pelo IDH) no crescimento econômico, relacionando-os com todas as variáveis de controles (burocracia, inflação anual, despesa pública, balança comercial, garantia a propriedade privada, taxa de juros reais, dívida pública, reservas financeiras, comercio interno e liquidez bancária) e sem a variável de controle.

A Tabela 4 também apresenta o efeito da variação do tamanho do estado potencializado pela carga tributária sobre o crescimento do PIB no longo prazo, relacionando-os com todas as variáveis de controles (burocracia, inflação anual, despesa pública, balança comercial, garantia a propriedade privada, taxa de juros reais, dívida pública, reservas financeiras, comercio interno, liberdade econômica e liquidez bancária) e sem a variável de controle.

Além do mais, a mesma tabela resume a interação entre a variação da dívida pública dos países com a carga tributária e seus efeitos sobre o

crescimento econômico. Por sua vez, as equações estimadas são apresentadas logo abaixo:

$$H_{3a}: \ln \text{Cres PIB}_{i,t+5}^t = \beta_0 + \beta_1. \text{CARGATRIB}_{i,t}^t + \beta_2. \text{CARGATRIB}_{i,t}^t. \text{IDH}_{i,t}^t + \text{controles}_{i,t} + \varepsilon_{it}$$

$$H_{3b}: \ln \text{Cres PIB}_{i,t+5}^t = \beta_0 + \beta_1. \text{CARGATRIB}_{i,t}^t + \beta_2. \text{CARGATRIB}_{i,t}^t. \text{TAM. ESTADO}_{i,t}^t + \text{controles}_{i,t} + \varepsilon_{it}$$

$$H_{3c}: \ln \text{Cres PIB}_{i,t+5}^t = \beta_0 + \beta_1. \text{CARGATRIB}_{i,t}^t + \beta_2. \text{CARGATRIB}_{i,t}^t. \text{DÍVIDA PÚBLICA}_{i,t}^t + \text{controles}_{i,t} + \varepsilon_{it}$$

Os resultados da regressão para a tabela 4, analisando os impactos da carga tributária relacionado com a eficiente aplicação dos recursos públicos (variação do IDH) no longo prazo (t+5), revelam que o efeito da variação do IDH está relacionado de forma significativa com o crescimento do PIB no longo prazo, não rejeitando a Hipótese 3a. Assim, o efeito da interação entre a carga tributária e a variação IDH (t+5), considerando o efeito fixo de tempo e país, sobre o crescimento do PIB foi em média 4,635%. Isso significa que ao aumentar a carga tributária e o índice IDH em t_0 reflete em um crescimento econômico positivo em t+5.

TABELA 4 - EFEITOS DE LONGO PRAZO PARA AS VARIÁVEIS SELECIONADAS SOBRE O CRESCIMENTO DO PIB.

Variável	H _{3a} (1)	H _{3b} (2)	H _{3c} (3)
<i>CARGATRIB_{i,t}^t. IDH_{i,t}^t</i>	4.635* (2.785)	-	-
<i>CARGATRIB_{i,t}^t. TAMANHO ESTADO_{i,t}^t</i>	-	-17.84* (10.78)	-
<i>CARGATRIB_{i,t}^t. DÍVIDA PÚBLICA_{i,t}^t</i>	-	-	-39.74*** (14.25)
Controles	SIM	SIM	SIM
Constant	-3.125*** (1.013)	-1.353 (1.094)	-2.621*** (0.218)
Obs.	363	291	584
R-squared	0.139	0.089	0.3188
Number of var. ano	5	5	5
Number of id_pais	70	53	81

Fonte: Elaboração própria. Significância: * $p < 0,10$, ** $p < 0,05$, *** $p < 0,01$. Nota: A variável $CARGATRI\textit{B}_{i,t}^t \cdot IDH_{i,t}^t$ foi construída a partir do imposto sobre a receita (carga tributária) no período t , essa variável foi multiplicada pelo IDH tomando como base o período inicial t para cada país i . Para $CARGATRI\textit{B}_{i,t}^t \cdot TAM.ESTADO_{i,t}^t$ considerou-se como tamanho do estado, a diferença entre PIB/gastos públicos no período t . E $CARGATRI\textit{B}_{i,t}^t \cdot DÍVIDA\ PÍBLICA_{i,t}^t$, a $DÍVIDA\ PÍBLICA_{i,t}^t$ como sendo a dívida pública bruta do governo em t , para cada país i .

A relação dos impactos dos tributos com o tamanho do estado sobre o crescimento econômico no longo prazo, como proposto na Hipótese 3b, revelam que o efeito dos gastos públicos é relevante e negativo sobre o crescimento do PIB no longo prazo, não rejeitando a hipótese 3b. A variável gasto público ainda possui relação significativa e inversa com outras variáveis macroeconômicas como inflação, formação bruta de capital, taxa de juros, dívida pública, reservas financeiras, comercio exterior, liberdade econômica e liquidez bancária.

Esse resultado sugere que o tamanho do estado está relacionado de forma inversamente proporcional como o crescimento das economias no longo prazo. Isso colabora com a teoria de Friedrich Hayek que afirma que a iniciativa privada é mais eficiente na criação de riqueza, tecnologia e desenvolvimento econômico dos países.

Por fim, o efeito da dívida pública sobre o crescimento econômico também foi mensurado de forma significativa no longo prazo, como proposto na Hipótese 3c. Os resultados demonstram que o maior endividamento do setor público produz uma relação significativa e inversa no crescimento econômico de longo prazo, não rejeitando a hipótese 3c.

Em resumo, este estudo mostra a importância de uma carga tributária equilibrada, com gastos públicos reduzidos, fundamentos macroeconômicos sólidos e liberdade econômica para a iniciativa privada como forma de crescimento das economias dos países. O resultado deste trabalho corrobora

os resultados obtidos pela literatura do campo que indica relações significativas da iniciativa privada e do desenvolvimento das economias.

HIPÓTESES	RESULTADO
H1: Países com cargas tributárias menores apresentam maiores índices de crescimento econômico no curto prazo.	Não rejeitada
H2: Países mais regulados e burocráticos apresentam menores índices de crescimento econômico no curto prazo.	Não rejeitada
H3a: Os impactos negativos da carga tributária no crescimento econômico no curto prazo são compensados parcialmente no longo prazo pela aplicação eficiente dos recursos públicos.	Não rejeitada
H3b: Países que apresentam maiores gastos públicos em relação ao PIB apresentam menores índices de crescimento econômico.	Não rejeitada
H3c: Países que apresentam maiores dívidas públicas apresentam menores índices de crescimento econômico.	Não rejeitada

Quadro 3 - Resultados sumarizados.

Fonte: Elaboração própria.

Os resultados encontrados nos permitem ampliar a discussão sobre o papel efetivo do Estado na busca do maior crescimento econômico e qualidade de vida para os cidadãos. Os resultados indicam que a maior eficiência econômica advém da livre iniciativa dos cidadãos que amparados pelas regras de livre mercado obtêm a máxima eficiência e a melhor alocação dos recursos escassos disponíveis na sociedade.

O argumento de que a intervenção Estatal necessariamente proporciona maior qualidade de vida para os cidadãos foi rejeitado com base nos indicadores de desenvolvimento humano dos países analisados. Ao contrário, os países com menores cargas tributárias, menor gasto Estatal e menor endividamento público apresentaram os maiores crescimentos do PIB per capita.

Isso implica dizer que o crescimento econômico e a qualidade de vida dos cidadãos estão diretamente relacionados com uma menor relação entre os gastos públicos e o PIB dos países, maior eficiência na alocação dos recursos e maior liberdade econômica para a livre iniciativa privada. O caso recente que discute a necessidade ou não da regulação Estatal do sistema de transporte brasileiro por meio de aplicativos como o Uber, 99POPtaxi e entre outros, serve para ilustrar o peso da burocracia Estatal sobre a vida do cidadão.

Capítulo 5

5. CONCLUSÃO

O objetivo deste estudo foi verificar se o tamanho da carga tributária dos países impacta negativamente no crescimento de sua economia. Os resultados do modelo revelaram, no cenário que leva em consideração apenas o efeito dos tributos sobre o crescimento do PIB no curto prazo qual o impacto foi significativo e negativo. No cenário que levou em consideração países como maior carga tributária e com economias altamente burocratizadas o efeito da carga tributária se mostrou relevante e negativo sobre o crescimento do PIB

O cenário em que se considerou as variáveis de controle – gasto público, inflação, reservas financeiras, liquidez bancária e taxas de juros – se mostrou relevante em relação ao crescimento econômico dos países. Ao aplicar de forma eficiente os recursos, mensurado com o índice IDH, o efeito de longo prazo no crescimento econômico foi positivo e significativo.

A análise do efeito da carga tributária no longo prazo revelou que o controle dos gastos públicos, por meio da redução do tamanho do Estado e a maior liberdade econômica para a iniciativa privada, com um ambiente livre para negociação e menor regulação do Estado, podem impactar positivamente no desempenho da economia dos países proporcionando maior crescimento econômico.

A questão da dívida pública também foi mensurada nessa pesquisa. A crescente dívida pública não tem se refletido em aumento da qualidade dos indicadores macroeconômicos

Em resumo, a pesquisa aponta que o impacto negativo da carga tributária no crescimento econômico é potencializado por fatores macroeconômicos e relacionados ao excesso de burocracia

Esta pesquisa contribui ao apontar evidências consistentes da relação carga tributária e gastos públicos com o tamanho do Estado e seus efeitos sobre o resultado econômico em ambientes com diferentes características, verificando que os fatores macroeconômicos, proporcionados por um ambiente de negócio saudável, com segurança jurídica, respeito à propriedade privada e estabilidade econômica são relevantes e sensíveis ao desempenho econômico dos países e na qualidade de vida de seus cidadãos.

A menor interferência do Estado na economia é fator importante para o crescimento econômico, segundo os resultados dessa pesquisa. Ao combinar essa redução com a alocação eficaz dos recursos públicos, afeta positivamente o nível de bem-estar social de seus cidadãos.

O efeito negativo da carga tributária pode ser compensado no longo prazo, pela gestão eficiente dos recursos públicos, o que se traduz em melhores índices de desenvolvimento humano, e melhora do nível de bem-estar social dos cidadãos. Isso aumenta a responsabilidade dos gestores públicos no sentido de buscar o uso correto dos recursos dos pagadores de impostos e reverter em benefício de todos.

Dessa forma, entender que a iniciativa privada é mais eficiente que o Estado para gerar riqueza e desenvolvimento econômico é fundamental para estabelecer políticas que permitam regras de livre mercado que possam trazer benefícios para a sociedade, de modo que a geração de emprego, renda e oportunidades de livre iniciativa se convertam nas melhores políticas sociais.

Esta pesquisa contribui com o debate de que políticas sociais sejam voltadas para promover o aumento da produtividade e consequentemente da renda dos países e, assim, tomar decisões sobre as despesas públicas que visam o resultado do crescimento econômico nacional.

A limitação existente nesta investigação foi a utilização dos dados totais dos gastos públicos não segregados por área de aplicação de tais recursos, bem como a impossibilidade de apurar de forma mais efetiva, indicadores de bem-estar social em cada país. Outra limitação foi quanto a utilização dos dados dos países com maior regulação Estatal como Cuba, Venezuela, Coréia do Norte, Vietnã, que, por força de seus regimes de governo, não divulgam de forma ampla os dados que este trabalho demandou.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Ormaechea; ENRIQUE, Santiago Leonardo; YOO, Jiae. Tax Composition and Growth: A Broad Cross-country Perspective. **International Monetary Fund**, v. 12, n. 257, 2012.
- AGHION, Phillipe; ALGAN, Yan; CAHUC, Pierre; SHLEIFER, Andrei. Regulation and Distrust. **Oxford Journals**, v. 125, n. 3, p. 1015-1049, 2010.
- ALMEIDA, R.; CARNEIRO, P. Enforcement of regulation, informal labor and firm performance. **Policy Research Working Paper**. World Bank WPS3756. Jan. 2005.
- ARROW, Kennety Joseph. The economic implications of learning by doing. **The Review of Economic Studies**, v. 09, n. 3, 1962.
- ASTRID, Carmen Romero. Gasto público durante la industrialización en Colombia. **GCG Georgetown University Universia**, v. 10, n. 1, p. 74-94, 2017.
- CARVALHO, Maria do Socorro Macedo Vieira. Qualidade na Administração Pública. **Revista RAP – Fundação Getúlio Vargas/RJ**, v. 52, n.137, p. 137-152, 1994.
- CASTOR, Belmiro. Custo Brasil: muito além dos suspeitos habituais. **Revista FAE**, v. 2, n. 2, p. 1-6, 1999.
- CHERCHYE, Laurens; VERRIEST, Arnt. The impact of home-country institutions and competition on firm profitability. **International Business Review**, v. 25, n. 1, p. 831-846, 2016.
- DEL FIORI, Diogo. Crescimento economico de longo prazo: Um olhar descritivo e empírico sobre a China. **RAM, REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO DA MACKENZIE**, v. 9, n. 1, p. 36-69, janeiro, 2012.
- EASTERLY, W. The elusive quest for growth: economists' adventures and misadventures in the tropics. **Cambridge, Mass: MIT Press**, 2002.
- ELLERY JUNIOR, Roberto; GOMES, Victor. Política fiscal, choques de oferta e a expansão econômica de 2003-2007. **RAM, REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO DA MACKENZIE**, v. 12, n. 4, p. 127-154, 2011.
- FERRETI, Renata Cardoso; FUNCHAL, Bruno. O Efeito das regulações trabalhistas e tributárias nos investimentos no Brasil. **Brazilian Business Review**, v. 11, n. 3, p. 56-80, 2014.
- FIANI R. Afinal, a quais interesses serve a regulação? **Economia e Sociedade, Campinas**, v. 13, n. 2, p. 81-105, 2004.
- FRIEDMAN, Milton; Free to choose. **Editores Hachette**, 1979.
- GUJARATI, Damodar N; PORTER, Dawn C. **Econometria Básica**. Editora AMGH, Porto Alegre, 2011.
- HAYEK, Friedrich Von. O Caminho da Servidão. **University of Chicago Press**, 1944.
- HANLON, Michelle; and HEITZMAN, Shanen. "A review of tax research." **Journal of Accounting and Economics** v. 50, n. 2, p. 127-178, 2010.

HANTKE, Domas Michael. The public interest theory of regulation: non-existence or misinterpretation? **European journal of law and economics**, v. 15, n. 2, p. 165-194, 2003.

HERBERGER, Arnold. The Incidence of the Corporation Income Tax. **The University of Chicago Press**, v.70, n. °3, páginas 215-240, junho, 1962.

HINES, J. Corporate taxation and international competition. 2005.

JORGENSON, Dale; YUN, Kun Young. Tax Reform and U.S. Economic Growth. **The University of Chicago press Journal**, v. 98, n. 5, p. 151-193, outubro, 1990.

JUNIOR, Eurilton Alves Araújo. Tributação da receita de juros, política monetária otimizada e volatilidade macroeconômica. **Brazilian Business Review**, v. 8, n. 1, p. 51-60, março, 2011.

KEYNES, John Maynard. A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. **Royal Economic Society**, 1973.

KIMURA, Herbert; KAYO Eduardo Kazuo; PERERA, Luiz Carlos Jacob; KERR, Roberto Borges. Estudo da Influência da Governança e do Ambiente Institucional dos Países na Lucratividade das Empresas. **Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, v. 9, n. 2, p. 101-115, 2012.

LAMMERSEN, L. **The Measurement of Effective Tax Rates: Common Themes in Business Management and Economics**. ZEW Discussion, v. 02, n. 46, junho, 2002.

MARTINEZ, Antonio Lopo; BASSETTI, Márcio. Ciclo de Vida das Empresas, Book-Tax Differences e a Persistência nos Lucros. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, v. 10, n. 2, p. 148-162, 2016.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista, de Marx e Engels**, 1848.

MEADE, James Eduard. A simplified model of Mr. Keynes system. **The Review of Economic Studies**, v. 4, fevereiro, 1937.

PAES, Nelson Leitão. A Curva de Laffer e o imposto sobre produtos. **Caderno de Finanças Públicas de Brasília - UNB**, v. 01, n. 10, p. 5-22, 2010.

PEREIRA, Mírian Tomiato; LOPES, Janete Leige. A importância do Capital humano para o crescimento econômico. **Encontro de Produção Científica e Tecnológica UNEPAR - PR**, v. 9, n. 1, outubro, 2014.

SCHUMPETER, Joseph Alois. The theory of economic development. **Harvard University Press**, 1957.

SMITH, Adam. A riqueza das nações. **São Paulo, Abril Cultural**, 1983.

SILVA, Lara Lúcia; Silveira, Sueli de Fátima; COSTA, Tiago Melo Teixeira; FARONI, Walmer; Ferreira, Marco Aurélio. A influência do desempenho tributário e gestão fiscal no Índice Firjan de Desenvolvimento (IFDM) dos municípios de Minas Gerais. **Revista de Ciências Humanas de Viçosa MG**, v. 13, n. 1, p. 199-219, jan/jun, 2013.

SOLOW, R. M. A contribution to the theory of economic growth. **Quarterly Journal of economics**, v. 70, n. 1, p. 65-94, 1956.

STEL, André Van; CARREE, Martin; THURIK, Roy. The effect of entrepreneurial activity on national economic growth. **Small Business Economics**, v. 24, n. 3, p. 311-321, 2005.

TANG, Tanya YH. Book-tax differences, a proxy for earnings management and tax management-empirical evidence from China. **SSRN Electronic Journal**, v. 1, n. 1, páginas 1–36, 2005.

TAYLOR, John Brain. Economics, **Journal of Economic Literature**, v. 1, 1995.

VARIAN, Hal. Microeconomia – Princípios básicos, uma abordagem moderna. **Editora Campos**, ed. 8, 2012.

VIEIRA, F. V.; VERISSIMO, M. P. Crescimento econômico de longo prazo na China: uma investigação econométrica. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, Natal. **Anais...** Natal. ANPEC, v. 33, 2005.